

RESILIÊNCIA EM AÇÃO: POLÍTICAS SOCIAIS PARA NAVEGAR A INCERTEZA NA AMÉRICA LATINA E NO CARIBE

XVI Fórum Ministerial para o Desenvolvimento na América Latina e no Caribe

Evento Paralelo 4: A expansão dos registros sociais para avançar na implementação de políticas de inclusão laboral diante de uma estrutura de risco em reconfiguração

Nota Conceitual

Contexto

Nos últimos anos, a América Latina e as Caraíbas enfrentaram uma série de crises, incluindo a pandemia da COVID-19 e um número crescente de catástrofes. Isto insere-se num contexto regional marcado por uma crise de desenvolvimento, constituída por três armadilhas: i) baixos níveis de crescimento, ii) elevada desigualdade e baixa mobilidade social, e iii) fragilidades institucionais e de governação. Estes fenómenos tiveram impacto em áreas fundamentais da vida quotidiana das pessoas, que colocaram desafios aos sistemas de protecção social dos países na sua dupla capacidade de responder a emergências e catástrofes de natureza diversa, e de enfrentar as transformações estruturais necessárias que a região exige para se consolidar. estratégias voltadas ao desenvolvimento das capacidades humanas. Perante uma estrutura de risco em reconfiguração devido à crise climática, aos desafios da transformação digital, à transição demográfica e às mudanças no mundo do trabalho, entre múltiplos outros factores, o desenvolvimento e o reforço dos sistemas de informação social e, em particular, dos sistemas sociais registos, é fundamental para a concepção e tomada de decisões de políticas de protecção social, incluindo a resposta atempada a crises e catástrofes.

No âmbito do Projeto CEPAL-BMZ/ giz “Transformação económica produtiva, ecológica e socialmente justa” buscamos avançar no fortalecimento das capacidades dos países para projetar sistemas de proteção social para enfrentar os desafios de uma transição justa com perspectiva de género e ciclo de vida, permitindo a implementação de estratégias que permitam o progresso na região no sentido da inclusão laboral e da sustentabilidade dos sistemas de pensões. Neste quadro, os sistemas de informação social desempenham um papel fundamental na tomada de decisões para a concepção das melhores políticas baseadas em evidências.

Conforme observado no Panorama Social da América Latina e do Caribe 2023, a inclusão laboral é simultaneamente um objetivo e um componente dos sistemas de proteção social ¹. A concepção das suas políticas exige a disponibilidade de informação pertinente sobre as populações mais vulneráveis para identificar as barreiras de acesso ao mercado de trabalho que enfrentam e adaptar a oferta programática às suas necessidades. Em contextos de emergência e face às transformações vividas no mundo do trabalho, e devido à revolução tecnológica e à crise climática, será essencial dispor de mecanismos que permitam a rápida activação de programas e acções que permitam que os sistemas de protecção social tenham respostas preventivas e para

¹Comissão Económica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), Panorama Social da América Latina e do Caribe, 2023 (LC/PUB.2023/18-P/Rev.1), Santiago, 2023.



XVI Fórum Ministerial
para o Desenvolvimento na
América Latina e no Caribe

BRIDGETOWN, BARBADOS
30-31 Out - 1 Nov 2024



mitigação e adaptação face a processos de mudança e emergências. Segundo informações da Base de Dados de Programas Não Contributivos de Proteção Social da América Latina e do Caribe, entre 2010 e 2022, o número de programas de inclusão laboral destinados à população mais vulnerável da região aumentou de 70 para 117 ². Deve-se notar que, durante a pandemia, juntamente com a implementação de medidas para proteger o emprego formal, pelo menos 15 países da região também implementaram medidas de emergência não contributivas para a inclusão laboral ³. Da mesma forma, a CEPAL (2024) estimou que, se não forem implementadas políticas ativas e robustas para enfrentar as suas repercussões, as alterações climáticas poderão levar a uma perda relativa de empregos equivalente a 42,7 milhões de empregos ⁴.

Face a estes desafios, os registos sociais são ferramentas fundamentais dos sistemas de proteção social. Além de permitirem a incorporação de variáveis relacionadas com o risco que os agregados familiares e as populações enfrentam face às possíveis implicações das alterações climáticas e à maior exposição que os trabalhadores podem ter às transformações em curso, podem apoiar substantivamente o trabalho do conjunto de entidades públicas. instituições envolvidas na concepção de políticas de inclusão laboral. Estes registos permitem coordenar o trabalho entre as diversas instituições, facilitando sinergias, permitindo a identificação de potenciais utilizadores dos vários programas, reduzindo custos de transação e melhorando a eficiência dos sistemas de entrega de benefícios de proteção social. Em resumo, a expansão da cobertura dos registos sociais e a sua integração constituem uma ferramenta vital para maximizar o impacto da política de proteção social e avançar para sistemas de proteção social universais, abrangentes, sustentáveis e resilientes.

Objetivos

Este evento paralelo visa promover o intercâmbio de estratégias de sucesso e refletir sobre os desafios para avançar na expansão da cobertura dos cadastros sociais, bem como na integração de bases de sistemas de informação social que permitam avançar na inclusão da população em situação de maior vulnerabilidade nas políticas de inclusão laboral.

O evento espera proporcionar um espaço de discussão sobre os elementos a serem considerados na implementação de cadastros sociais universais e sistemas de informação social relevantes para a implementação destas políticas, potenciais variáveis que poderiam ser incorporadas nestes instrumentos, bem como discutir como as ferramentas tecnológicas disponíveis podem contribuir para ampliar a cobertura da população mais vulnerável do país.

²Veja [online] <https://dds.cepal.org/bpsnc/>

³Segundo informações da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), Observatório COVID-19 na América Latina e no Caribe, base de dados [online]: <https://dds.cepal.org/observatorio/socialcovid19/>, “Social medidas de proteção para enfrentar a COVID-19”, Social Development and COVID-19 in Latin America and the Caribbean, banco de dados [online]: <https://dds.cepal.org/observatorio/socialcovid19/Measurementlist.php>

⁴Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), Estudo Econômico da América Latina e do Caribe, 2024 (LC/PUB.2024/10-P), Santiago, 2024.

Metodologia

A sessão será estruturada com base numa ronda de intervenções onde os painelistas partilharão a sua experiência em relação às seguintes questões sugeridas:

1. Quais são as oportunidades e desafios institucionais para o processo de expansão da cobertura dos registos sociais às populações vulneráveis? (abordando elementos institucionais, de coordenação e de financiamento) Considera que o auto-relato é uma ferramenta útil para avançar no sentido da cobertura universal dos registos sociais?
2. Diante dos desafios das transformações no mundo do trabalho, da crise climática e dos desastres, que papel desempenham e poderiam desempenhar os registos sociais na concepção de políticas de inclusão laboral nos países da região?

Sugere-se que os painelistas possam aprofundar essas questões com base na experiência de seus países. No final, dois comentadores aprofundarão estes elementos com base na experiência regional.

Agenda preliminar de trabalho (60 minutos)

Moderadora: Claudia Robles, Divisão de Desenvolvimento Social, CEPAL

14h30 - 14h40 Abertura e boas-vindas à reunião

Alberto Arenas de Mesa, Diretor da Divisão de Desenvolvimento Social da CEPAL

14h40 – 15h20 Experiências e desafios institucionais dos registos sociais num contexto de crise em cascata e de transformação digital dos sistemas de proteção social

Javiera Toro, Ministra do Desenvolvimento Social e Família do Chile

Yorleni León, Ministra do Desenvolvimento Humano e Inclusão Social da Costa Rica

Tadeo Rojas, Ministro do Ministério de Desenvolvimento Social do Paraguai

15h20 – 15h30 Perguntas e comentários de encerramento

Luis Tejerina, Divisão de Proteção Social e Saúde, BID

Amalia Palma, Divisão de Desenvolvimento Social, CEPAL